

O DESAFIO DA ESCOLA EM TRABALHAR COM A DIVERSIDADE

José Rosamilton de LIMA¹

Resumo: Neste artigo, objetiva-se trazer breves reflexões acerca das temáticas: promoção da igualdade, respeito e valorização da diversidade étnico-racial, identidade de gênero e de orientação sexual. Este artigo é composto de três partes. Na primeira abordamos a diversidade cultural no Brasil e mostramos como o negro é penalizado por meio das relações de força. Na segunda, falamos sobre a importância da escola para promover a equidade de gênero e combater as formas de discriminação. Na última parte discutimos a discriminação sofrida pelos homossexuais e a falta de preparação da escola quando se omite de trabalhar a temática da sexualidade. Para isso, nos fundamentamos teoricamente no Livro de Conteúdo Gênero e Diversidade na Escola (2009), e recorremos aos estudos de Foucault (2008a; 2008b) e Bento (2006; 2008). Portanto, a escola como instituição formadora de opinião e com o dever de formar o aluno para a cidadania, não pode continuar propagando ideias e conceitos que alimentem o preconceito e a discriminação contra a pessoa humana.

Palavras-chave: Diversidade. Escola. Gênero. Sexualidade.

Considerações iniciais

A escola não tem conseguido acompanhar o ritmo de informações que ocorrem na complexidade da sociedade atual. Há um grande esforço de profissionais da educação em buscar novas formas de atrair a atenção do aluno na sala de aula. Deparamo-nos diariamente com diversas situações delicadas que não temos de imediato um posicionamento conciso.

Na maioria das vezes, nossa falta de segurança e não aprofundamento sobre determinados temas nos direcionam para uma postura não satisfatória ao nosso senso crítico. Logo, continuamos a manter a função da escola de reprodutora de estereótipos ultrapassados que não condizem mais com o perfil da sociedade contemporânea. Ou seja, a escola continua

¹ Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). José da Penha – RN. Brasil. rosamiltonlima@hotmail.com.

a ignorar o trabalho com temas relacionados à diversidade, ao preconceito racial, às questões de gêneros, sexualidade e orientação sexual.

Precisamos de capacitação para conviver com a diversidade social no ambiente escolar, respeitando as distintas visões de mundo e valores, fortalecendo as ações de combate à discriminação e aos diversos tipos de preconceitos existentes na sociedade. Diante disso, devemos assimilar conceitos que envolvem as temáticas da diversidade, etnia, gênero e sexualidade. Esse embasamento teórico possibilita uma reflexão na sala de aula para debater sobre temas polêmicos como racismo, a equidade de gênero, sexualidade e orientação sexual.

Na verdade, o profissional da educação deve transformar a sala de aula em um ambiente colaborativo, com uma gestão de saber que envolve também aspectos humanos, culturais e sociais. Portanto, desejamos neste artigo trazer breves reflexões acerca das temáticas: promoção da igualdade, respeito e valorização da diversidade étnico-racial, identidade de gênero e de orientação sexual, numa perspectiva de transformar as práticas de ensino de sala de aula, de maneira que venha a desconstruir preconceitos e romper o ciclo de sua reprodução na escola.

Este artigo é composto de três partes. Na primeira abordamos a diversidade cultural no Brasil e mostramos como o negro é penalizado por meio das relações de força, ainda como resultado da colonização europeia. Na segunda, falamos sobre a importância da escola para promover a equidade de gênero e combater as formas de discriminação. Assim, mostramos a luta da mulher pela igualdade de direitos na sociedade, pois o que ocorre no Brasil e ao redor do mundo é uma assimetria de gênero que beneficia significativamente o homem em relação à mulher. Na terceira e última parte discutimos a discriminação sofrida pelos homossexuais e a falta de preparação da escola quando se omite de trabalhar a temática da sexualidade.

A diversidade cultural brasileira e o papel da escola no combate à discriminação

O ser humano apresenta diversificadas características comportamentais que influenciam as suas ações na sociedade. A nossa formação enquanto pessoa ocorre por meio dos conhecimentos que adquirimos no convívio com outros atores sociais. Quando nascemos já somos inseridos em um contexto pré-determinado pela identidade cultural ao grupo que fazemos parte. Desse modo, estamos aptos à aquisição de informações para trilhar o nosso

caminho durante nossa vida, tendo em vista que, ao longo dessa caminhada, devemos nos tornar seres humanos mais íntegros, justos e fraternos para que possamos viver em harmonia com o planeta e com as pessoas que nos rodeiam, respeitando-as e amando-as como a nós mesmos.

No entanto, podemos observar que não é bem assim que as coisas funcionam, pois somos integrantes de um modelo econômico capitalista que estimula a competitividade e o acúmulo de bens materiais. Logo, somos movidos pelo desejo de sermos sempre melhor do que o outro, o que nos leva a obcecação de que devemos nos posicionar em um patamar sempre acima do outro indivíduo. Por isso, passamos a defender a nossa cultura, crenças, costumes e tradições como o padrão a ser seguido, sem reconhecer a importância das demais culturas, vivenciando assim a prática do etnocentrismo. Segundo consta no Livro de Conteúdo Gênero e Diversidade na Escola (2009, p. 24):

O etnocentrismo consiste em julgar, a partir de padrões culturais próprios, como “certo” ou “errado”, “feio” ou “bonito”, “normal” ou “anormal” os comportamentos e as formas de ver o mundo dos outros povos, desqualificando suas práticas e até negando sua humanidade.

Nessa perspectiva, conviver em sociedade com tantas diferenças quer seja de gênero, de linguagem, de raça e etnia, dentre outras, acaba gerando determinados tipos de discriminação e preconceitos. De acordo com o Livro de Conteúdo Gênero e Diversidade na Escola (2009, p. 197) preconceito é “qualquer atitude negativa em relação a uma pessoa ou a um grupo social que derive de uma ideia preconcebida sobre tal pessoa ou grupo”.

Podemos dizer que na maioria das vezes, a não aceitação ao diferente ocorre por meio do nosso complexo de superioridade em definir aquilo que na nossa concepção é a “verdade”. Aliás, defendemos princípios morais e éticos que estão enraizados na nossa cultura justamente por não querer aceitar e/ou conviver com as diferenças.

Na verdade, esse nosso pensar muitas vezes vão de encontro com as novas concepções de vida em sociedade. Por isso, temos que reconhecer que muitos conceitos precisam ser revistos, tendo em vista as mudanças que estão ocorrendo na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, romper obstáculos e aceitar o novo é um desafio enorme que requer muita disposição. Por isso, às vezes é mais cômodo para nós, culparmos as pessoas que são consideradas diferentes para que elas se adequem à sociedade, e se esforcem para serem

iguais a outras. Isto é, sejam “normais” e desenvolvam um comportamento e ações que se encaixem no que se define como correto, como a verdade.

Vale ressaltar que, na concepção do pensador Michel Foucault (2008b) a verdade é algo que ocorre por meio das relações de força. Nesse caso, os estereótipos criados na sociedade brasileira em que situam a mulher como inferior e submissa ao homem, negro como indivíduo que possui capacidade de fazer os trabalhos braçais, gays e prostitutas como indivíduos que perturbam a integridade moral da sociedade, nordestino que representa o analfabetismo do país, índios como selvagens, entre outros, foi estabelecido por um grupo de dominantes que buscou impor a cultura e ditou as regras de convivência e comportamento de nosso país ao seu modo.

No entanto, devemos considerar que o próprio Foucault (2008b) defende que o poder deve ser analisado como algo que só funciona em cadeia, pois não se concentra somente no Estado, mas sim nas diversas partes da sociedade. Portanto, coloca-se o poder como algo positivo. Dessa maneira, o saber é produzido pelas relações de forças que se deram em uma determinada época, e a produção do saber articula-se ao poder, este por sua vez, cria elementos que controlam o dizer.

Por exemplo, temos o conhecimento de que os negros são penalizados na educação, por meio da exclusão do sistema formal de ensino, assim como, nas outras esferas da vida social. Tal atitude tem suscitado das políticas públicas ações que venham trazer contributos como forma de coibir e/ou amenizar qualquer forma de preconceito contra a pessoa humana. Pois, com base no Livro de Conteúdo Gênero e Diversidade na Escola (2009) a desigualdade é um fenômeno social que produz uma hierarquização entre indivíduos ou grupos não permitindo um tratamento igualitário a todos no que se refere a oportunidades, acesso a bens e recursos.

Sabemos que, desde o princípio da colonização do Brasil, o sistema educacional foi submetido a uma formação cultural influenciada praticamente pelos europeus, que através de massacres e escravidão conquistaram o poder que dominou a sexualidade, a religiosidade e a linguística dos nativos e escravos africanos. Assim, o sistema de ensino brasileiro desde o seu surgimento valorizou um currículo eurocêntrico que priorizou a cultura branca, masculina e cristã, menosprezando as demais culturas dentro da sua composição do currículo e das atividades do cotidiano escolar.

É interessante mencionarmos que o negro no Brasil foi muito injustiçado desde o momento em que foi trazido da África para trabalhar como escravo nas lavouras brasileiras. O negro foi sempre relacionado ao trabalho braçal, pesado que envolvesse muita atividade física e envolvesse menos esforço intelectual. A libertação dos escravos ocorreu no Brasil devido à pressão mundial, sendo o nosso país um dos que mais demoraram a acabar oficialmente com a escravidão.

Porém, na contemporaneidade, o negro ainda não conseguiu a igualdade de direitos como ser humano. Pois, ele continua sendo excluído, visto como símbolo de falta de inteligência e incapaz de viver na sociedade elitista. Prova disso, é o mercado de trabalho que prioriza na maioria das vezes o padrão estético em que o público, principalmente, o elitizado recusa-se de aceitar o negro como apto a atuar em cargos de prestígio social. Nesse contexto, devido o débito histórico de nosso país que sempre maltratou o negro, se faz necessário que o Brasil crie políticas que viabilizem a inserção do negro nas universidades, no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na sociedade, a fim de amenizar o sofrimento que foi causado às pessoas de pele negra.

Segundo o Livro de Conteúdo Gênero e Diversidade na Escola (2009, p. 196):

O racismo é uma doutrina que afirma não só a existência das raças, mas também a superioridade natural e, portanto, hereditária, de umas sobre as outras. A atitude racista, por sua vez, é aquela que atribui qualidade aos indivíduos ou aos grupos conforme o seu suposto pertencimento biológico a uma dessas diferentes raças e, portanto, de acordo com as suas supostas qualidades ou defeitos inatos e hereditários.

Nessa perspectiva, para que se reverta esse quadro de discriminação e preconceito que está agregado na sociedade brasileira, se faz necessário que a sociedade civil manifeste o desejo de mudança. Para isso, a população deve reivindicar de forma organizada para que o nosso país seja mesmo o da diversidade, e faça isso valer, para que todos os nossos cidadãos e cidadãs respeitem a diferença e tenham direitos iguais, independentemente da região geográfica, situação econômica, gênero, cor da pele, etnia a qual pertença, etc.

Dessa forma, o ambiente escolar é um lugar que se concentra muitos jovens em processo de formação de identidade. Portanto, a escola é um local propício para que possamos diminuir a discriminação e as diversas formas de preconceito. Na concepção do Livro de Conteúdo Gênero e Diversidade na Escola (2009, p. 197):

O racismo tem uma história, que é tipicamente ocidental e moderna e diz respeito às relações de saber e poder que se estabeleceram tanto internamente à população europeia, quanto entre as sociedades europeias ou europeizadas e uma grande variedade de outras sociedades e povos. Em ambos os casos, o que o racismo faz é usar as diferenças para naturalizar as desigualdades.

Com base no exposto, nós como professores temos que despertar a consciência nos nossos alunos e instigá-los a não formarem uma concepção preconceituosa com o negro, que está posto nos livros, dicionários, e outros instrumentos que subsidiam os objetivos educacionais de um ensino voltado para uma cultura monopolizada que estabelece padrões a serem seguidos como referências à pessoa de pele branca, heterossexual e de condições econômicas favoráveis.

Equidade de gênero: a luta da mulher por direito de igualdade na sociedade

Desde que entramos na escola somos classificados para atividades que são direcionados exclusivamente a meninos e brincadeiras somente destinadas para meninas. Essa realidade também está presente de forma bastante intensa na sociedade. Logo que um garoto demonstre interesse em participar de brincadeiras com garotas, ele é taxado de “mulherzinha”. Segundo Bento (2008, p. 28):

Quando a criança nasce encontrará uma complexa rede de desejos e expectativas para seu futuro, levando-se em consideração para projetá-la o fato de ser um/a menino/menina, ou seja, ser um corpo que tem um/a pênis/vagina. Essas expectativas são estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades que acabam por antecipar o efeito que supunha causa.

Com base no exposto, podemos dizer que o gênero e a sexualidade da criança passam a ser pré-determinada pelos pais. Eles direcionam a formação da mentalidade da criança com base nos princípios morais e normas culturais a qual estão inseridos. Por exemplo, se a criança for menino, a roupa, brinquedos e outros acessórios do enxoval devem ser azul, e caso seja menina, será rosa, pois ambas as cores estão culturalmente associadas ao masculino e feminino.

Na realidade toda essa projeção acontece até mesmo antes da criança nascer. Logo que o sexo da criança é detectado, por meio de ultrassom, a criança começa a receber a atenção dos pais, que já se preparam para educar seu filho(a) com base no sexo, isto é, no aparato

biológico de seu corpo. Foucault (2008b, p. 229) afirma que “o sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, juntamente com o devir de nossa espécie, nossa ‘verdade’ de sujeito humano”.

Nesse sentido, desde a infância e perpassando pela adolescência, a pessoa do sexo masculino é estimulada e orientada a não ser sensível, gentil, carinhosa e não pode expressar medo e dor. Ademais, deve gostar de esportes violentos, de força e resistência, de corrida de carros e motos, etc. Tais atividades demonstram um comportamento que o homem é aguerrido e destemido. De fato, as crianças recebem brinquedos que são tipicamente direcionados ao seu gênero, para o menino carrinho, bola, boneco de super-herói, arma, espada, enquanto que a menina ganha de presente boneca, casinha com miniaturas de fogão, sofá, mesa, acessórios de beleza, etc.

Essa distinção e classificação são feitas na vida da criança e perpassa pela juventude que é pressionada a ter um comportamento de acordo com a anatomia de seus corpos. Bento (2006, p. 102) afirma que segundo a teoria da performance:

Não existe um referente natural, original, para se vivenciarem as performances de gênero. O original, segundo as normas de gênero, está referenciado no corpo (corpo-vagina-mulher, corpo-pênis-homem). Aí residiria a verdade dos gêneros, e aqueles que constroem suas performances fora do referente biológico são interpretados como uma cópia mentirosa do homem/da mulher de verdade.

Como podemos observar, está determinado socialmente como padrão para a normalidade que a pessoa tem que se comportar de acordo com a anatomia de seus corpos. Por isso, ocorrem muitas frustrações e uma enorme dificuldade para mesmo quando adulto, a pessoa assumir uma opção sexual contrária daquela que a família determinou como normal. Nesse sentido, aquilo que não se inclui no perfil homem e mulher é considerado anormal, como por exemplo, os gays, lésbicas, transexuais e travestis que são bastante discriminados porque não se enquadram no tradicional masculino e feminino que é definido pelo aparato corporal.

No que se refere ao gênero feminino é interessante mencionarmos que a mulher no contexto social atual ainda é considerada de sexo frágil. Por isso, é perceptível o machismo presente na sociedade, que muitas pessoas ainda consideram que algumas atividades devem prevalecer tipicamente masculinas e outras femininas. O mais agravante é que essa distinção é reforçada, na maioria das vezes, pelos próprios educadores/educadoras que formam as

instituições de ensino de nosso país. Portanto são esses profissionais que não devem apresentar discriminação ou preconceito, porque eles desempenham a função de agentes de transformação da sociedade para a melhoria da vida da população.

É sabido que, no Brasil e no mundo, a mulher é vítima de preconceito, há o tabu de que ela é incapaz de exercer determinadas atividades que são consideradas exclusividade do homem. Isso coloca a pessoa do sexo feminino em uma situação de submissão ao sexo oposto, e esse fato contribui para que as oportunidades dela progredir no mercado de trabalho sejam restritas. Essa questão cultural já perpassa por muitos séculos. Nesse caso, devemos alertar que já está na hora de pensarmos na mudança de alguns conceitos ultrapassados.

É interessante mencionarmos que para ocorrer a equidade de gêneros é necessário que a família e a escola tenham a capacidade de aceitar uma mudança de comportamento que tenha por princípio a liberdade de escolha da opção sexual para o seu bem-estar como ser humano. Nessa ótica, os educadores/educadoras têm a missão de contribuir significativamente para promover a transformação social nesse setor, ficando atentos para evitar que a escola não continue contribuindo para o aumento da discriminação contra a mulher, e contra tudo aquilo que não corresponde ao ideal de masculinidade dominante como gays, lésbicas, travestis e transexuais.

Felizmente, esse quadro na sociedade contemporânea apresenta sinais de mudança, uma vez que a mulher por meio de movimentos feministas vem brigando para conquistar seu respeito no meio social e adquirir direitos de igualdade nos diferentes setores que constitui a sociedade. Atualmente, a mulher já está engajada na política, já está sendo reconhecida como boas administradoras de empresas, ela domina disciplinas que envolvem cálculos, pratica esportes como futebol, futsal, judô, etc., apresenta habilidades e prudência no volante, ou seja, desenvolvem com destreza e muita competência atividades que antes era exclusividade masculina.

No entanto, sabemos que ainda há uma necessidade muito grande de crescimento e expansão dessas conquistas femininas. Para que isso ocorra é necessário que as mulheres continuem lutando cada dia mais por seus direitos de igualdade, demonstrando empenho e desenvolvendo habilidades nestes novos setores que estão atuando, pois só assim terão maior visibilidade e, conseqüentemente, trarão maior contribuição para diminuir ou acabar com o machismo que predomina na sociedade.

Com base no Livro de Conteúdo Gênero e Diversidade na Escola (2009), podemos dizer que gênero está relacionado ao processo de formação social e cultural que delimita a masculinidade e feminilidade do ser humano, sem levar em conta, exclusivamente, a anatomia dos seus corpos. O gênero não é determinado pelo aparato genital, mas a partir das relações sociais que são estabelecidas por uma dada cultura em uma determinada época. Portanto, gênero significa que homem e mulher são produtos do meio social e daquilo que é determinado pela cultura e não da decorrência da biologia de seus corpos. Na verdade, o que ocorre no Brasil e ao redor do mundo é uma assimetria de gênero que beneficia significativamente o homem em relação à mulher.

Nesse sentido, o homem tem sido privilegiado no meio social por ser considerado mais racional, possuir capacidade de liderança, demonstrar mais força e resistência ao trabalho físico, e facilidade ao raciocínio lógico como o cálculo matemático. Já a mulher representa historicamente ao longo dos séculos a sensibilidade e também fragilidade. Nesse contexto é comum no mercado de trabalho o homem ocupar a grande maioria dos postos de direção, receber salários maiores que as mulheres, predominarem em áreas como engenharia, política, tecnologia e informática, esportes, etc.

Vale ressaltar que para acabar com a assimetria de gênero que privilegia o sexo masculino é necessário engajamento das mulheres em movimentos que reivindiquem seus direitos tanto no âmbito da legislação quanto no plano da formulação de políticas públicas que ofereçam serviços e programas sociais de apoio à mulher. De acordo com Bento (2008, p. 34):

O gênero adquire vida através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estilística definida como apropriada. São estes sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo. Essas infundáveis repetições funcionam como citações, e cada ato é uma citação daquelas verdades estabelecidas para os gêneros, tendo como fundamento para sua existência a crença de que são determinados pela natureza.

Nas últimas décadas, os movimentos feministas têm proporcionado mais visibilidade na luta das mulheres na igualdade de direitos. Por exemplo, a conquista do voto feminino em alguns países ao redor do mundo tem ocorrido nesses últimos cem anos, tendo início na União Soviética (Rússia) em 1917 a partir da revolução. No Brasil a mulher obteve o direito de votar em 1932. Ademais, aos poucos ela vai conseguindo seu espaço no esporte, na política e no

mercado de trabalho. Essas conquistas evidenciam a importância da mulher na sociedade e o quanto ela pode contribuir para o crescimento econômico e social do país.

No entanto, temos que reconhecer que a mulher mesmo tendo uma carga horária de trabalho equivalente ao homem, muitas das vezes, ela não é remunerada adequadamente. Pois, apesar de estar sobrecarregada quando trabalha fora de casa, ela ainda tem que desenvolver atividades domésticas que não recebem remuneração por esse trabalho, nem ao menos tem o devido reconhecimento e, tudo isso, para proporcionar o conforto para sua família. Já a pessoa do sexo masculino assume o papel de trazer mais contribuição para o crescimento econômico do país. Assim, o homem tem maior visibilidade nos locais públicos, à medida que a mulher é reservada as tarefas domésticas que não se reconhece a sua valorização de contribuição para o crescimento econômico e social de uma nação.

Vale ressaltar que a mulher ainda sofre muita discriminação na prática de esportes. Como por exemplo, na edição dos jogos olímpicos de Seul em 1988, em que a principal atleta de corrida de barreiras da Espanha, Maria Patino, foi reprovada no teste de sexualidade. Até 1968 para a participação nas olimpíadas todos os atletas eram obrigados a ficarem nus para constatação do sexo. Se fosse até essa data a atleta não teria passado por esse constrangimento. Entretanto, a partir de 1988, a forma de proceder com os exames mudou e foi considerada a formação biogenética dos corpos. Nesse sentido, embora o corpo de Maria Patino fosse esteticamente modelado externamente como uma mulher, foi constatado a partir de exames que ela possuía testículos internos ocultos e não possuía útero e ovários. Como resultado disso a atleta foi impedida de participar da olimpíada naquele ano e desligada da delegação desportiva espanhola.

Porém, embora ela possuísse testículos ocultos produtores de testosterona e possuísse um cromossomo Y, que é pertencente aos homens, ela não desenvolveu suas características masculinas porque suas células eram incapazes de captar esse hormônio. Além do mais, Maria Patino se reconhecia psicologicamente como mulher e, isso era o que deveria ter sido levado em conta. A atleta foi banida do esporte, deixando para trás uma carreira de 12 anos que teria sido apagada por esse acontecimento. Inconformada com essa situação Maria Patino confrontou com o Comitê Olímpico Internacional e tornou-se o primeiro caso de contestação do teste de sexualidade do referido comitê. Posteriormente, a Federação Internacional de Atletismo a readmitiu, e ela foi reintegrada a equipe olímpica espanhola.

Caso como o de Maria Patino reforça a necessidade de discussões em volta dessa polêmica para não cometer injustiças com o ser humano. Em 2004, nas Olimpíadas de Atenas, devido essa temática ter ganhado repercussão na imprensa, o Comitê Olímpico Internacional, pela primeira vez na história dos jogos admitiu a participação de transexuais, desde que pudessem competir de acordo com a sua sexualidade corrigida. Dessa forma, essa instituição estaria usando esse pretexto para ganhar credibilidade no meio social afirmando que estava extinguindo a discriminação de sexo no esporte. Então, para que ocorra uma transformação na mudança de comportamento das pessoas para aceitação da diversidade sexual no esporte é necessário muita luta e determinação de toda a sociedade civil.

Portanto, os conteúdos de cidadania e direitos humanos devem ser bem desenvolvidos na escola logo a partir dos primeiros anos do ensino básico. A finalidade é que tais conteúdos possam contribuir na formação da personalidade do aluno durante a infância, adolescência e fase adulta. Isso tudo para que possamos, enquanto educadores/educadoras sermos agentes na formação de seres humanos com capacidade de discernir aquilo que é justo e que proporciona a felicidade e harmonia para o mundo, desenvolvendo comportamentos que não perpetuem mais a discriminação e o preconceito contra a pessoa humana. Na realidade, a escola tem a responsabilidade de desconstruir qualquer forma de discriminação, inclusive as desigualdades de gêneros que ocorrem no âmbito social e formar cidadãos e cidadãs conscientes para conviver e defender a equidade de gênero.

Sexualidade, orientação sexual na escola e as relações de poder na sociedade

É interessante mencionarmos que a classificação social que diferencia e possibilita a discriminação e preconceito sobre mulheres, negros, nordestinos, indígenas, homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais vem de um processo de socialização que determina quais padrões devemos seguir com base em um princípio de verdade que estabelecem conceitos e estereótipos que controlam e ditam a forma de comportamento das pessoas.

Foucault (2008b, p. 14) delimita que “‘por verdade’, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”. A verdade é o conhecimento que pode receber ou não, uma comprovação

científica, mas que é utilizado como um enunciado no meio social para impor obediência. A verdade está relacionada aos sistemas de poder.

A respeito de poder, Foucault (2008b, p. 8) acrescenta que:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Desse modo, o poder não deve ser visto somente como forma de repressão, mas como algo que possa produzir transformações sociais, como forma de reivindicação dos direitos por meio de lutas, além de delimitar a verdade que é posta no meio social. Na concepção desse autor, o poder é visto como algo positivo, porque institui verdades por meio de relações de força, e, portanto, possibilita a construção do saber.

Nessa perspectiva deve ser intensificada a luta para a igualdade de direitos. Em 1948, após a Segunda Guerra Mundial foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos que defende a igualdade de direitos entre as pessoas independentemente da classe social, gênero, raça, etnia ou orientação sexual.

Devemos ressaltar que a escolha da opção sexual que o indivíduo assume é determinada pela cultura, pois uma vez inserido no meio social ele absorve o comportamento da coletividade. Dessa forma, a identidade pessoal é afetada e se transforma conforme os princípios morais vigentes na sociedade em um determinado lugar e em uma dada época. Isso nos remete ao conceito de Formação Discursiva (FD) definido por Foucault (2008a), que conceitua como um espaço de contradição e confronto em que o sujeito não migra de uma formação para outra e a produção de sua identidade se dá como resultado desses entrecruzamentos das diferentes FDs.

Com base em Foucault (2008a), compreendemos que a FD é aquilo que determina por meio de uma posição dada, numa conjuntura sócio-histórica de uma determinada época, aquilo que pode e deve ser dito. Assim, ela não é um espaço estrutural fechado, pois é constantemente invadida por elementos que vêm de outros lugares, de outras FDs.

Portanto, é a cultura que constrói o gênero, classificando aquilo que são atividades masculinas e femininas. De acordo com o Livro de Conteúdo Gênero e Diversidade na Escola (2009, p. 47):

Cultura é um fenômeno unicamente humano que refere-se à capacidade que os seres humanos têm de dar significado às suas ações e ao mundo que os rodeia. A cultura é compartilhada pelos indivíduos de um determinado grupo, não se relacionando a um fenômeno individual. Por outro lado, cada grupo de seres humanos, em diferentes épocas e lugares, atribui significados diferentes a coisas e passagens de vida aparentemente semelhantes.

Nessa perspectiva, sabemos que as mudanças de comportamento do ser humano em relação ao preconceito e diversos tipos de discriminação ocorrerão por meio de uma luta intensa para transformar essa situação. Tais mudanças podem ocorrer mais rapidamente em determinados países devido à expansão da informação por meio das atuais formas de tecnologia, como por exemplo, a utilização da internet que pode contribuir para acelerar esse processo de transformação social para que se possa acabar com o preconceito e a discriminação. Um exemplo disso é a parada LGBT em São Paulo que reuniu milhares de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros que vão às ruas reivindicarem por igualdade de direitos. Dessa forma, o movimento LGBT é noticiado pela mídia no mundo inteiro, e cada vez mais é fortalecido.

Diante do exposto, é pertinente mencionarmos que segundo o Livro de Conteúdo Gênero e Diversidade na Escola (2009), 1) gay é a pessoa do gênero masculino que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino; 2) lésbica é a pessoa do gênero feminino que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero feminino; 3) bissexual é a pessoa que tem desejos, práticas sexuais e relacionamento afetivo-sexual com pessoas de ambos os sexos; 4) travesti é a pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitos travestis modificam seus corpos através de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas; e, 5) transexual é a pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeterem a intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) à sua identidade de gênero constituída.

Sobre essa última denominação, Bento (2008, p. 20, aspas no original) acrescenta que:

A transexualidade não é uma experiência identitária a-histórica, ao contrário, revela com toda dor e dramaticidade os limites de uma ordem de gênero que se fundamenta na diferença sexual. Quando se retira o conteúdo histórico dessa experiência, apaga-se as estratégias de poder articuladas para determinar que a verdade última dos sujeitos está no seu sexo. A transexualidade é uma das múltiplas expressões identitárias que emergiram como uma resposta inevitável a um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção de sujeitos “normais/anormais” e que localiza a verdade das identidades em estruturas corporais.

Como podemos ver, a transexualidade é um fenômeno que ocorre por meio das relações de poder. O transexual é um sujeito que surgiu ao longo da história como uma resposta daquilo que a sociedade estabeleceu como gênero masculino ou feminino, que fugindo desse padrão o indivíduo é considerado anormal. Isso ocorre porque o sujeito assume uma identidade sexual que foge ao padrão corporal biologicamente aceitável no meio social.

Quando se trata de formação de opinião nos direcionamos mais uma vez para a escola, e sabemos que no ambiente escolar ainda existem muitas dificuldades dos educadores em lidar com temáticas polêmicas, uma vez que nós não estamos capacitados para explorar assuntos que estão cada vez mais presentes na vida dos estudantes, como por exemplo, a sexualidade. Na verdade, é difícil assumirmos uma postura crítica em defesa da igualdade dos direitos humanos no tocante a liberdade de escolha da sexualidade, quando não temos fundamentação teórica e prática para discutir um tema dessa natureza.

Vale ressaltar que, embora afirmamos, corriqueiramente, que não temos preconceito com relação a opção sexual de nossos alunos, ainda estamos muito presos à formação do aluno voltado para os princípios de moralidade defendidos por uma dada religião. Aliás, na maioria das vezes reproduzimos aquilo que é estabelecido pela "igreja", seja ela a católica apostólica romana, ou de outra denominação, ou seja, que defende que devemos nos relacionar sexualmente somente com pessoas do sexo oposto. Foucault (2008b, p. 230) advoga que “o sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar, transformar em discurso”.

Contrapor nas escolas, um pensamento de uma instituição de grande poder de formação de conduta do ser humano, como é o caso da "igreja", é algo inusitado, principalmente quando sabemos que determinadas religiões ainda têm um pensamento ortodoxo com relação à sexualidade, isto é, um pensamento arcaico e puramente preconceituoso. A saber, um bom exemplo disso é que há determinadas religiões que

propagam e defendem a concepção de que não devemos praticar relações sexuais antes do casamento. Ademais, religião como o catolicismo é contra o uso do preservativo, e contra o casamento de pessoas do mesmo sexo.

No entanto, tendo em vista a dinamicidade e complexidade da sociedade os jovens estão transando cada vez mais cedo e, nesse caso, não utilizar a camisinha pode acarretar sérios problemas como a gravidez na adolescência e o risco de doenças sexualmente transmissíveis, dentre elas a AIDS. Portanto, essa instituição já deveria rever essa sua postura.

Diante disso, podemos dizer que os padrões sociais que somos destinados a seguirmos são direcionados para atender o interesse da classe social dominante em manter o controle da sociedade. Nessa perspectiva, como educadores temos a árdua missão de refletir sobre o meio social e propormos uma transformação voltada para que todo ser humano tenha os seus direitos assegurados e cumpridos. Para isso, devemos sempre buscar a capacitação para estarmos preparados para desenvolvermos temas importantes como a sexualidade. Segundo o Livro de conteúdo *Gênero e Diversidade na Escola* (2009) as definições atuais de sexualidade abarcam, nas ciências sociais, significados, ideais, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos.

É sabido que nas nossas escolas ainda é bastante comum o preconceito com relação à sexualidade. É perceptível que os professores não estão preparados para desenvolver esse tema em sala de aula. A maioria deles sempre se omite de opinar sobre sexualidade para evitar polêmica. Outros ficam com piadinhas nos corredores e galpão da escola com um grupo de alunos preconceituosos que se consideram “machões”.

Vale ressaltar que, no espaço escolar, a discriminação sofrida pelo jovem em sala de aula gera muito desconforto que, conseqüentemente, resulta no abandono do aluno das suas atividades educacionais. Isso ocorre porque ele não consegue suportar a zombaria de seus colegas. Então, o jovem gay, lésbica, bissexual, travesti ou transexual se ausenta do espaço que, na verdade, deveria oferecer conforto e conhecimento para melhorar a vida dele e contribuir para a transformação da conjuntura social em que todos tenham o mesmo direito independentemente da sua opção sexual.

De fato, o professor não precisa ser um simpatizante do movimento LGBT nem tampouco levantar a bandeira em prol desse movimento, mas deve pelo menos ter a

maturidade de tratar com respeito a opção sexual de cada indivíduo, como também saber lidar com os diversos assuntos que envolvem temática sexualidade e trabalhá-los de forma que contribuam para que o aluno possa desconstruir preconceitos com relação a opção sexual diversa.

Considerações finais

Com base no exposto, podemos afirmar que quando nascemos já somos inseridos em uma sociedade que já se encontra estruturada. Então, somos moldados a compor essa conjuntura. A nossa passividade em seguir e obedecer às regras sociais implica na continuação de um modelo que escraviza o indivíduo e reproduz estereótipos que foram enraizados ao longo de séculos.

Nesse caso, devemos ser conscientes de que a escola sozinha não é responsável para transformar e mudar uma conjuntura social, mas que ela tem uma parcela de contribuição para que isso ocorra. É interessante mencionarmos que deve haver certa coerência, harmonia e parceria de escola, família, igreja, mídia, sindicato, associações, etc. que compartilhe com as mesmas ideias de contribuir para a formação pessoal e intelectual do sujeito como construtor do conhecimento e de sua felicidade. Assim, pensar em preparar o indivíduo para exercer cidadania é refletir questões que propicie a qualidade de vida do ser humano enquanto sujeito capaz de ter a liberdade de decidir sobre a sua própria sexualidade, sobre que atividades no mercado de trabalho deseja desenvolver independentemente do gênero ou cor da pele.

No entanto, temos que despertar que somos sujeitos que podemos contribuir significativamente para a transformação da sociedade, no sentido de acabar com todas as formas de preconceito. Assim, para que isso ocorra, sabemos que são muitas as dificuldades, porque quando propomos a mudança estamos ameaçando pessoas que possuem determinados privilégios e que vivem violando os direitos de outros seres humanos de possuírem uma vida melhor.

Portanto, a escola como instituição formadora de opinião e com o dever de formar o aluno para a cidadania, não pode continuar propagando ideias, conceitos que alimentem o preconceito e a discriminação contra a pessoa humana. Em pleno século XXI, não dá mais para se pensar em um ensino pautado para a prática excludente, onde reina uma visão

monolítica de sociedade. Já é hora de tentar reverter essa situação de discriminação contra mulheres, negros, nordestinos, indígenas, homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais, entre outros, a fim de que a escola possa, de fato, direcionar o ensino para a formação de cidadãos e cidadãs com plena consciência de que devemos conviver pacificamente e respeitar toda raça e cultura humana.

THE CHALLENGE OF THE SCHOOL TO WORK WITH DIVERSITY

Abstract: *This work aims introducing brief reflections about the themes: promotion of equality, respect and valorization of the ethno-racial diversity, identity of genre and of sexual orientation. This article is composed of three parts: In the first part we approach the cultural diversity in Brazil and showed as the black man is penalized by means of power relations. In the second part we explain about relevance of school to promote the genre equity and fight against the discrimination ways. In the last part we discuss the discrimination suffered by gays and the lack of preparation of school when it omits working the theme of the sexuality. For that, we are theoretically grounded in the Content Book Genre and Diversity in the School (2009), and appealed to the studies by Foucault (2008a; 2008b) and Bento (2006; 2008). Therefore, the school as institution former of opinion in order to prepare the student to citizenship exercise can not continue propagating ideas and concepts that feed the prejudice and the discrimination against the human being.*

Keywords: *Diversity. School. Genre. Sexuality.*

Referências

BENTO, B. A. M. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Gênero e diversidade na escola:** formação de professoras(es) em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília: SPM, 2009.

_____. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008b.